



AUDITORIA INDEPENDENTE: A MENSURAÇÃO DA MATERIALIDADE NO MERCADO DE VAREJO BRASILEIRO

INDEPENDENT AUDIT: TO MEASUREMENT OF MATERIALITY IN THE BRAZILIAN RETAIL MARKET

CAUÃ SOUZA CAMPOS

Graduado em Ciências Contábeis pela Strong Business School e Auditor

MARCELO RABELO HENRIQUE

Doutorando em Controladoria e Finanças (2021-2023) pela Universidade Presbiteriana - MACKENZIE, Doutor em Administração de Negócios (2019) pela Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas - ESEADE, MBA Executivo em Administração de Empresas com ênfase em Gestão (2010) pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, Mestre em Ciências Contábeis (2008) e Pós Graduado em Avaliações Periciais (2004) pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, Bacharel em Ciências Contábeis (2003) pela Universidade Camilo Castelo Branco - UNICASTELO. Atualmente é Docente da Unifesp, Esag/FGV e Unip nas disciplinas do curso de Ciências Contábeis. Revisor de Periódicos sendo: Revista de Evidenciação Contábil & Finanças, Revista Espacio Abierto - Cuaderno Venezolano de Sociología, Revista UNEMAT de Contabilidade, Revista de Gestão e Sociedade e Revista Práticas em Contabilidade e Gestão. Avaliador de Congressos sendo: Congresso de Contabilidade e de Iniciação da USP, Congresso Semead da USP e Congresso de Contabilidade da UFPB. Autor de Livro Perícia Contábil, Mediação e Arbitragem (2015) publicado pela Editora Intersaberes. Fundador da Mrhenrique Assessoria Contábil e Avaliações Periciais Ltda. Atua na área de Administração - ênfase em Ciências Contábeis - principalmente nos seguintes temas: contabilidade, tributário, mercado de capitais, perícia contábil e finanças. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8872607903177348>

ANTONIO SAPORITO

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Universidade de São Paulo - FEAUSP (2005), Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEAUSP(1989) e Graduado em Administração pela (FEAUSP /1978). Atualmente professor associado I da EPPEN - UNIFESP, Campus Osasco, Professor convidado para cursos de MBA da FGV Management, avaliador de cursos de graduação cadastrado no sistema e-MEC e consultor adhoc da Revista Contabilidade e Finanças da FEA USP, da Revista Contabilidade Vista e Revista da UFMG, da Revista Brasileira de Gestão de Negócios e da Revista Contabilidade e Controladoria - RC&C. da UFPR. Consultor de empresas, de treinamento e das Câmaras Brasil Alemanha e Brasil França de comércio. Autor dos Livros Análise e Estrutura das Demonstrações Contábeis (2015) e Contabilidade Geral: Fundamentos e prática do raciocínio contábil (2017),



Revista Administração de Empresas Unicuritiba.

[Received/Recebido: Agosto 15, 2021; Accepted/Aceito: Outubro 14, 2021]

Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



ambos publicados pela Editora Intersaberes. Ex Diretor Acadêmico e Coordenador do curso de Ciências Contábeis de diversas instituições de nível superior. Ex diretor de cursos da Associação Brasileira de Analistas do Mercado de Capitais (ABAMEC, atual APIMEC). Experiência profissional superior a 25 anos dedicados principalmente às áreas de análise de investimento e de crédito, além de consultorias para implantação de sistemas e treinamento. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5724238604725007>

RESUMO

A Auditoria como atividade essencial para promover o *Compliance* no ambiente de negócios brasileiro, que se encontra em sua grande parte focado em atender os requisitos normativos. O Objetivo geral foi evidenciar os conceitos de auditoria e também demonstrar as diferentes formas de mensuração da materialidade de acordo com a teoria. Já os objetivos específicos foram: Conceituar auditoria, contextualização e objetivos; Demonstrar os riscos de auditoria e a materialidade; Fornecer métricas e referenciais para avaliação dos impactos dos erros e desvios nas demonstrações financeiras. A metodologia através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que se constrói sob a ótica de um projeto que se utiliza de dados estatísticos e a comparação com a teoria aplicada. Desta forma, avaliam-se as melhores métricas com base teórica dos métodos e orientações para os trabalhos de Auditoria, observando as demonstrações contábeis. A pesquisa levou em consideração as principais características das maiores empresas do setor de varejo brasileiro. Ao observar as métricas e escalas, utilizadas pelo mercado, verificamos que os parâmetros são apropriados e que atendem a gama de riscos e necessidades de asseguarção dos usuários da informação contábil. Ainda sobre as métricas e escalas utilizadas, principalmente pelas Firms de auditoria, para estimar os níveis toleráveis de distorções para os testes elaborados nas demonstrações financeiras, fornecer apoio a determinação do escopo dos trabalhos e fornecer métricas e referenciais para avaliação dos impactos dos erros e desvios nas demonstrações financeiras.

Palavras-Chave: Materialidade, Auditoria, Gerenciamento de Risco.

ABSTRACT

Auditing as an essential activity to promote Compliance in the Brazilian business environment, which is mostly focused on meeting regulatory requirements. The general objective was to highlight the concepts of audit and also demonstrate the different ways of measuring materiality according to the theory. The specific objectives were: Conceptualizing audit, contextualization and objectives; Demonstrate audit risks and materiality; Provide metrics and benchmarks for assessing the impacts of errors and deviations in the financial statements. The methodology through a qualitative and quantitative research, which is built from the perspective of a project that uses statistical data and the comparison with the applied theory. In this way, the best metrics are evaluated based on the theoretical basis of the methods and guidelines for the audit work, observing the financial statements. The survey took into account the main characteristics of the largest companies in the Brazilian retail sector. When observing the metrics and scales used by the market, we verify that the parameters are appropriate and that they





meet the range of risks and needs for assurance of users of accounting information. Still on the metrics and scales used, mainly by the audit firms, to estimate the tolerable levels of distortions for the tests elaborated in the financial statements, to provide support for the determination of the scope of the works and to provide metrics and references to assess the impacts of errors and deviations in the financial statements.

Key Words: Materiality, Audit, Risk Management.

1. INTRODUÇÃO

O atual ambiente de negócios brasileiro enfrenta muitas dificuldades para elevar seus padrões de governança corporativa, moral e ética da sociedade como um todo. Neste cenário encontramos órgãos reguladores e esforços por parte de empresas conscientes de tal importância, que buscam contribuir e aperfeiçoar tais níveis. Tal conceito vem sendo cada vez mais presente na Contabilidade devido aos esforços internacionais, centralizados no IASB (*International Accounting Standards Board*), para elevar a qualidade dos relatórios produzidos e melhor refletir a realidade na Contabilidade.

Dentre estes esforços encontramos a Auditoria, que segundo Attie (2018), é um serviço cada vez mais necessário para entidades públicas, privadas e do terceiro setor que precisam prevenir e detectar desvios de conduta e fraudes para manter seu compromisso de gerar valor para com seus *stakeholders*.

Segundo Imoniana (2019) Auditoria Externa é um trabalho de asseguarção, ou seja, busca desenvolver uma opinião independente a respeito da integridade das informações apresentadas, a partir de análises e testes que levam em consideração as peculiaridades de seu objeto. Tais ações têm por objetivo, trazer maior confiança aos usuários desta informação, sendo fundamental para o desenvolvimento saudável de uma economia e sua sociedade.

Todavia, não devemos confundir auditoria com procedimentos de fiscalização, pois, são de natureza avaliativa diferentes, devido às extensões dos testes e seus períodos.





A auditoria possui duas classificações principais, a interna, integrada por análises direcionadas à gerenciamento de riscos, já que seus estudos compreendem principalmente processos e controles internos, que buscam prevenir e acusar erros e distorções nas as informações produzidas. E a auditoria externa, que busca a asseguarção da integridade das demonstrações financeiras como um todo.

Entretanto, antes da execução da auditoria em si, devemos despende tempo planejando a mesma com cuidado, para valorizar a oportunidade sem perder qualidade. Isto é, entender a entidade objeto da auditoria, seu contexto e riscos extrínsecos e intrínsecos, definir a materialidade, escopo e aperfeiçoar tempo para que se tenha um período suficiente para coleta de evidências que suportem os trabalhos e forneçam conforto de auditoria.

A presente pesquisa foi delimitada aos estudos da materialidade, um dos fatores a serem observados no planejamento da auditoria, que busca manter foco sobre as informações que são de real importância para os usuários de acordo com o modelo de negócio, para identificar de fato as distorções relevantes.

Segundo Simunic e Stein (1990), os auditores devem objetivar os portfólios de operação e a administração para determinação dos riscos de auditoria. Partindo de tal afirmação podemos segregar estes riscos em duas categorias, os inerentes da operação e os dos controles associados para garantir à integridade das informações contábeis.

Considerando a importância do modelo de negócios e dos controles selecionamos o setor de varejo brasileiro para análise, devido à riqueza de empresas de capital aberto e grau elevado de informação disponível ao mercado. O que nos possibilita a avaliação de suas especificidades para verificar tal entendimento do modelo de negócios executado e seus impactos dentro da auditoria externa, com o objetivo de aumentar a profundidade dos estudos e adquirir um melhor entendimento da auditoria e sua contribuição para a sociedade.

Abordamos o setor de varejo, para proporcionar diferentes ângulos de como a teoria é adaptada as empresas do mesmo nicho, porém com diferentes modelos de





negócio. É importante evidenciar que tais características contábeis influenciadas por tais modelos provocam mudanças significativas ao planejamento da auditoria.

1.2. OBJETIVO GERAL

O Objetivo geral foi evidenciar os conceitos de auditoria e também demonstrar as diferentes formas de mensuração da materialidade de acordo com a teoria. Compreender qual o conceito dos entendimentos e sua aplicação na materialidade pelos auditores externos no exercício de suas atividades, objetivando as demonstrações financeiras de empresas de grande porte no mercado de varejo.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O cálculo da materialidade leva em consideração diversos fatores de risco, tais como avaliação de risco dos controles internos, confiança das informações contábeis, modelos de negócio, saúde financeira da empresa e perspectivas de futuro.

Os objetivos específicos foram:

- Conceituar auditoria, contextualização e objetivos;
- Demonstrar os riscos de auditoria e a materialidade;
- Fornecer métricas e referenciais para avaliação dos impactos dos erros e desvios nas demonstrações financeiras.
-

1.4. PROBLEMATIZAÇÃO

Dada à importância da observação do conceito de materialidade na emissão de um parecer de uma auditoria, é relevante que aja um estudo no campo das ciências contábeis que mensurem a diferença entre a teoria e o que aplicado, ou seja, a prática. Devemos considerar que o método de mensuração é determinado pelo auditor, tendo em





mente sua experiência e julgamento profissional. O que por consequência, nos leva a questão: **Como a teoria da mensuração da materialidade se adapta a realidade das empresas para o planejamento da auditoria?**

1.5. JUSTIFICATIVA

Devido à complexidade dos relatórios emitidos pelas empresas de auditoria, busca-se que as informações emitidas por tais empresas sejam transparentes e que garantam e preservem a qualidade de seu julgamento no planejamento e na execução do projeto.

Nesse mesmo contexto “A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis” (NBC TA 320, 2016, p. 2).

Desta forma é importante assegurar que o auditor tem competência para aplicar seu julgamento profissional na determinação da materialidade, utilizando o que é percebido na teoria e o que é realmente aplicável na prática.

E em função dos dados apresentados anteriormente nesta pesquisa é pertinente apresentar uma forma padrão de determinação da materialidade, na execução dos projetos e relatórios de auditoria.

1.6. METODOLOGIA

O presente estudo abordou sob a ótica dos principais elementos das demonstrações contábeis presentes no setor de varejo brasileiro, como os fatores de risco influenciam a mensuração da materialidade para procedimentos analíticos em um trabalho de auditoria.

Através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que se constrói sob a ótica de um projeto que se utiliza de dados estatísticos e a comparação com a teoria aplicada.





Desta forma, avaliamos as melhores métricas com base teórica dos métodos e orientações para os trabalhos de Auditoria, observando as demonstrações contábeis.

A pesquisa levou em consideração as principais características das maiores empresas do setor de varejo brasileiro, avaliando as melhores métricas para cálculo da materialidade, com base nas teorias, orientações e práticas do mercado para trabalhos de auditoria.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

No ambiente de negócios buscamos soluções para os *stakeholders* diariamente, tal qual se faz presente no processo de tomada de decisão. Para Robbins, Judge, Sobral, (2010), este processo sucede da identificação e reação a um problema, sendo definido como uma discrepância entre o estado desejado e o estado atual. Esse entendimento se reflete na cultura que observamos atualmente nas empresas e nos conceitos de administração, Morgan (1996) diz que as organizações são, basicamente, em larga escala, um sistema de tomada de decisões.

O conceito de tomada de decisão, ou comumente chamado de processo decisório, foi introduzido com a publicação do livro *As funções do executivo*, sendo Chester Barnard autor, em 1938.

Em 1947, foi rejeitada a ideia de que tomadores de decisão são perfeitamente racionais, pela publicação do artigo *Administrative Behavior* por Herbert Simon, que introduziu o conceito de “Racionalidade Limitada”. Herbert defende que os custos de aquisição da informação limitam sua obtenção, bem como a racionalização de diversas fontes, sendo um conceito desenvolvido por Lindblom (1959) e March e Simon (1965) que é aceito até os dias atuais. (Koblitz, 2010).





O conceito de racionalidade limitada é familiar para diversos estudiosos do processo decisório, dos estudos mais recentes podemos citar Maximiano (2009), Chiavenato (2010) e Robbins, Judge, Sobral (2010).

O processo decisório envolve seis etapas, são elas: a-) Identificação da situação; b-) Diagnóstico da situação; c-) Desenvolvimento de alternativas; d-) Avaliação de alternativas; e-) Seleção e Implementação; e-) Monitoramento e *feedback*.

Chiavenato (2010) destaca que o processo de tomada decisão, como qualquer outra atividade, é suscetível a erro. Sendo assim é altamente recomendado o uso de um processo sistemático para orientar os decisores na identificação, enumerar soluções, avaliar as soluções analisadas, implementar e monitorar se o problema endereçado foi solucionado.

Segundo Sobral e Peci (2013) administradores devem tomar decisões diariamente, sendo esta, uma parte essencial da profissão. Obviamente que tais julgamentos nem sempre são complexos, e em sua maioria se tratam de decisões gerenciais. Entretanto tais decisões podem assumir alto grau de complexidade e importância estratégica, requerendo embasamento e informação vital para se reduzir as incertezas e guiar os responsáveis pela administração.

Dentre os fatores críticos para a tomada da decisão em ambientes complexos, encontramos a qualidade da informação utilizada e para tal, o mercado fornece o serviço de asseguaração denominado Auditoria. Esta permite acesso à informação de qualidade para tomada de decisão, algo fundamental devido o fator da "Racionalidade Limitada". (Koblitz, 2010).

2.2. A AUDITORIA CONTÁBIL

Imoniana (2019), a Auditoria Contábil faz uso da abordagem epistemológica, sendo este o estudo crítico de conceitos e princípios, que almeja assegurar a fidedignidade das informações objeto, sendo enquadrada no estudo das Ciências Sociais Aplicadas que suportam tecnologias gerenciais e usuários da informação contábil. É a





atividade que visa verificar informações contábeis para avaliar sua precisão e confiabilidade em relação aos princípios, normas e políticas aplicáveis a entidade.

São diversos as razões para uma Entidade contratar serviços de auditoria externa, Almeida (2012) enumera os seguintes motivos:

- Obrigação Legal (Companhias Abertas, vide Lei 6.404/76, e Entidade regidas pelo Sistema Financeiro Nacional – SFN);
- Instrumento de controle interno exercido por administradores e sócios;
- Imposição de fornecedores e credores para concessão de crédito, como bancos;
- Cumprir cláusulas de contrato social ou estatuto da entidade;
- Processos de avaliação, fusão, aquisição, cisão e incorporação;
- Consolidação de Demonstrações Contábeis.

Ainda vale ressaltar que uma companhia tem a obrigação de contratar serviços de Auditoria externa, devido exigência de normas, muitas assim o fariam devido a manutenção de sua reputação no mercado e interesse de sócios em avaliar a qualidade das informações contábeis.

2.3. OBJETIVOS DO AUDITOR E AUDITORIA

Dentre a literatura podemos verificar diferentes definições do objetivo da auditoria, contudo, todas possuem a mesma essência que se reflete nas normas. O CFC por meio da publicação da NBC TA 200 discorre quais são os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria, e determina dois objetivos principais ao auditor no desenvolvimento da auditoria, são eles:

- Deve-se obter razoável segurança de que as Demonstrações Contábeis, em sua íntegra, não possuem distorções substanciais, independente se originadas por erro ou fraude, permitindo que o auditor opine sobre a fidedignidade de suas informações e sua elaboração, em *Compliance* com as normas e estrutura aplicável.





- Emitir a opinião desenvolvida em relatório, conforme exigido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria.

Quando não for possível desenvolver uma opinião embasada por segurança razoável, mesmo que com ressalva, a NBC TA requer que o auditor se abstenha de tal obrigação e renuncie aos trabalhos.

Ainda vale ressaltar que dentre as possibilidades de pareceres admitidos para a auditoria contábil temos o de “opinião limpa” e aqueles de “opinião adversa”, conforme NBC TA 700 que disserta sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, temos:

- Opinião não Modificada: Comumente chamada de opinião sem ressalva ou parecer limpo, quando todas as métricas de risco para os testes não tiveram distorções substanciais e normas aplicáveis foram respeitadas.
- Opinião com Ressalva: Evidências obtidas, suficientes ou não, se concluí que distorções possíveis ou detectadas não são generalizadas nas informações auditadas.
- Opinião Adversa: Distorções detectadas através de evidência apropriada e suficiente são relevantes e generalizadas.
- Abstenção de Opinião: Quando não se consegue evidência suficiente.

Também, muitos autores como enumeram outros deveres do auditor junto da companhia objeto dos trabalhos. Crepaldi (2011) e Imoniana (2019) relacionam atividades à prevenção de distorções, sejam originadas por erro ou fraude, e assessoria ao cliente nos relatórios contábeis.

2.4. RISCOS DE AUDITORIA E A MATERIALIDADE

Imoniana (2019) destaca a importância de as Firms de auditoria, em ambiente internacional, terem metodologia própria para desenvolver vantagem competitiva, e que tal metodologia deve ser desenvolvida com base no risco, já que cada cliente é único.

Tal avaliação de riscos é baseada no Julgamento Profissional do auditor, que fica evidente na NBC TA 315 (2016), onde se repete de forma exaustiva a importância do auditor exercer julgamento na identificação de riscos durante aceitação ou continuidade,





inspeções, procedimentos analíticos, indagações à administração, auditoria interna e demais membros da entidade que possam ter informações relevantes e experiência de auditoria prévia.

“A premissa primordial da auditoria baseada em risco é que os auditores devam dedicar mais recursos as contas que sejam suscetíveis a distorções materiais e menos recursos para aquelas que tenham menos probabilidade de serem incorretas”, (Imoniana, 2019, p. 62), ou seja, o auditor deve focar em contas onde as chances de distorções são maiores sem deixar de endereçar todos os riscos das demonstrações financeiras.

Na NBC TA 200, item 13.n, encontramos a composição do Risco de Detecção ou de Auditoria, sendo este a soma de dois riscos:

- Risco Inerente: Possibilidade da informação contábil, em sua individualidade ou em conjunto, antes de qualquer consideração dos controles internos relacionados, conter distorções relevantes.
- Risco de Controle: É a suscetibilidade dos controles internos da entidade não identificar e prevenir, tempestivamente, distorções, individuais ou em conjunto, que possam ser relevantes.

Tal entendimento de risco se estende por todo o processo de auditoria, desde o nível das demonstrações contábeis, até a afirmação e divulgação de saldos e procedimentos de auditoria designados a endereçar tais riscos, considerando a possibilidade de distorções.

No item 28 da NBC TA 315, são elencados os riscos significativos, que devem ser considerados e avaliados, em seu nível de operação e atividades de controle. São eles:

- Risco de fraude;
- Riscos relacionados à eventos recentes de natureza econômica e ou contábil;
- Complexidade das transações;
- Transações com partes relacionadas;
- Grau de subjetividade na mensuração das informações contábeis;
- Transações significativas e não usuais.





Internacionalmente encontramos o *Committee of Sponsoring Organizations* (COSO), como principal referência de estudo e orientação no desenvolvimento dos Controles Internos de empresas, visando o gerenciamento de riscos.

Tal avaliação de risco se refletem nos testes planejados, onde encontramos as “assertivas de auditoria”, comumente conhecidas pelo seu termo em inglês, *audit assertions*, que segregam os principais fatores de risco, associados a informação contábil, e orientam as análises de cada teste planejado, “[...] suposições implícitas ou explícitas sobre reconhecimento, mensuração, apresentação, divulgação dos vários elementos das demonstrações contábeis. Na prática são pressupostos que regem os trabalhos dos auditores [...]” (Imoniana, 2019, p.70)

As *assertions* originadas da ISA 315, foi traduzida para “afirmações” na NBC TA 315, sendo listadas no item A.129 e segregadas em afirmações de três dimensões: período sob auditoria, saldo de contas e apresentação e divulgação. São elas:

- Apresentação: Demonstrações contábeis escritos de forma clara e compreensiva, com devida desagregação ou agregação de informação;
- Classificação: Saldos contábeis e transações registradas corretamente na contabilidade;
- Corte: Transações registradas em seu devido período contábil;
- Direitos e Obrigações: Os ativos são detidos e controlados pela entidade, bem como os passivos são obrigações;
- Exatidão: Saldos e transações foram registrados e apresentados de forma adequada, considerando sua mensuração e descrição;
- Existência e Ocorrência: Elementos registrados na contabilidade existem e pertencem a entidade;
- Integralidade: Todas as transações, ativos, passivos e PL (Patrimônio Líquido) foram registrados, assim como as divulgações relacionadas;
- Valorização e alocação: Saldos registrados na contabilidade foram mensurados e adequadamente registrados.

Respeitando as delimitações da estratégia, os devidos riscos são associados às suas naturezas e magnitudes para desenvolvimento da extensão mínima dos testes. Tal extensão pode ser alterada durante exame das evidências, já que o Julgamento Profissional se mantém durante a Auditoria. Importante ressaltar que a confiança nos





controles da entidade objeto afeta diretamente a magnitude dos testes, já que, quanto maior a confiança em controles, menor magnitude, resultando em menores amostras. Tal variável é de grande importância para ser mencionada por Almeida (2012) e Imoniana (2019), sendo o segundo com maior profundidade.

Tais aspectos desenvolvidos e analisados buscam em última finalidade a asseguuração das Demonstrações Contábeis, sendo a Materialidade principal métrica a ser apreciada para ponderação, que segundo o *FINANCIAL REPORTING COUNCIL* (FRC, 2017) é uma métrica considerada quantitativa e qualitativa. Tal importância se faz presente nas NBC TAs, sendo um requisito junto da estratégia global de auditoria.

Devido a tal risco de não detecção se faz uso de diferentes níveis de materialidade para se fazer apropriado julgamento das classes de transação, saldos e divulgações e conseqüentemente reduzir a um nível adequado de acordo com as probabilidades de distorções em conjunto e não detectadas, conseqüentemente o cálculo não é mecânico e simples, envolvendo o julgamento profissional do auditor, que leva as peculiaridades da entidade, sendo atualizado de acordo com os testes a serem desenvolvidos, natureza e extensão das distorções e avaliação de risco.

A principal métrica é sempre denominada “*overall*”, comumente simplificada para “*over*”, um padrão utilizado pelas Firms de auditoria. A *INDEPENDENT COMMISSION AGAINST CORRUPTION OF NSW* (NSW ICAC, 2015) e orienta o uso de três níveis de materialidade, todas considerando valores em percentual para seus respectivos objetos:

- 1. *Overall*: Determina o valor máximo tolerável de distorções ao nível de demonstração contábil;
- 2. *Overall performance*: Orienta a Auditoria no planejamento dos trabalhos, definição de escopo e extensão inicial dos testes, ao nível de contas contábeis;
- 3. Materialidade específica: Caso existam itens que possuam riscos específicos e que necessitam de uma materialidade diferente para o desenvolvimento dos trabalhos.

Essa possibilidade de segregar a materialidade em diversos níveis é importante, de acordo com a IAAE (2017) serve para duas funções:





- Reduzir o risco agregado (isto é, distorções não detectadas ou corrigidas que em sua unidade estão em nível tolerável, porém, em conjunto se tornam substanciais) a um nível aceitável;
- Prover uma segurança maior ao reduzir a possibilidade de distorções não detectadas.

Muitos dos fatores de risco atribuídos à materialidade específica têm origem de operações com terceiros, estimativas contábeis, despesas corporativas da alta-administração, remuneração do auditor, mudanças significativas das políticas contábeis e créditos ou débitos relacionados a remuneração de gerenciamento e comissões.

Tal flexibilidade se deve ao fato de “o auditor deve determinar a materialidade para execução da auditoria com o objetivo de avaliar os riscos de distorções relevantes e determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.” (NBC TA 320, 2016, p. 4)

3. ESTUDO EXPLORATÓRIO

3.1. OS CÁLCULOS E MÉTRICAS DA MATERIALIDADE

O cálculo da materialidade sempre vai fazer uso de métricas baseadas em informação sólida sobre a empresa, que em sua grande maioria são métricas contábeis. Ao se considerar tais possibilidades de métricas, iremos manter foco no serviço de asseguarção para empresas do setor de varejo.

Ao se determinar a estratégia de auditoria e métricas para mensuração da materialidade observamos fatores como desempenho econômico e financeiro, modelo de negócio e gerenciamento dos riscos a serem endereçados para as necessidades dos usuários.

Determinar a materialidade é um julgamento-chave do auditor. Todas as Firms destacam a importância do julgamento em suas metodologias e encorajam os times encarregados ao dedicar tal julgamento na avaliação da materialidade. A auditoria deve





considerar as necessidades dos usuários da informação contábil objeto da auditoria, quando determinar a melhor métrica para mensurar a materialidade. (*FINANCIAL REPORTING COUNCIL*, 2017, p. 9) [tradução nossa]

Sendo tal afirmativa reforçada pela NBC TA 320 (2016), “Aplica-se frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo”. Sendo esta influenciada por diversos fatores, entretanto, os mais comuns são:

- Os itens ou elementos que compõem as demonstrações contábeis;
- Itens que são de elevada importância aos usuários das demonstrações;
- Características do ciclo de vida, maturidade, setor e ambiente econômico da entidade;
- Estrutura societária, forma de financiamento;
- Volatilidade das métricas e plano de negócios da entidade.
-

3.2. MÉTRICAS

Vale repetir que o Julgamento Profissional do auditor é o fator final de decisão sobre como melhor avaliar e endereçar riscos, entretanto para entender melhor como tais assuntos são abordados é importante observar o mercado e a experiência de diferentes auditores. Eilifsen e Messier Jr da *Norwegian School of Economics* (NHH), realizaram estudos, em 2015, quanto à mensuração da materialidade *overall* e avaliação dos riscos e resultados obtidos nos trabalhos de asseguarção ao entrevistar as oito maiores Firms de contabilidade e auditoria externa dos Estados Unidos da América.

Tal estudo é extremamente valioso, pois, além de desenvolver conhecimentos acadêmicos, evidencia as principais práticas utilizadas pelo mercado, que comumente mantém tal informação em caráter de sigilo profissional e metodologia própria, sendo este um dos principais produtos vendidos ao mercado.

A entrevista consistiu de seis perguntas:





- Quais métricas as Firmas de auditoria utilizam para determinar a materialidade *overall*?
- Quais percentuais são aplicados às métricas para determinar a *overall*?
- Como as Firmas determinam o limite de distorções toleráveis?
- Quais proporções são utilizadas para se determinar o que são distorções “claramente triviais”?
- Como a materialidade é utilizada para determinar distorções relevantes?
- Como a materialidade é determinada e aplicada em auditorias de grupos empresariais?

Dentre as respostas analisadas e conclusões apresentadas por tal estudo existem conceitos e práticas muito importantes a serem levadas em consideração para entender o gerenciamento de risco feito pelas principais Firmas de auditoria.

Primeiramente devemos considerar a saúde operacional e financeira e as respostas se dividem em quatro cenários:

Tabela 1: Cenários e Métricas

Cenário	Métrica
Empresa normalmente lucrativa	Resultado após despesas e custos. Ex: LAIR.
Empresa normalmente lucrativa com perdas no curto prazo	Resultado das operações
Resultado das operações em torno do <i>breakeven</i>	Receitas ou outra mensuração da operação. Ex: Margem Bruta e EBITDA
Operação sem lucro e solvência comprometida	Posição financeira. Ex: Patrimônio Líquido

Fonte: Adaptado de Eilifsen e Messier Jr (2015)

As métricas possíveis para as metodologias utilizadas pelas Firmas que participaram do estudo são:

Tabela 2: Métricas Quantitativas





Métricas Quantitativas	Firmas							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Lucro antes do Imposto de Renda	P*	P*	P*	P*	P*		P*	P*
Lucro depois do Imposto de Renda						P*		
Ativos Totais	P*	P*	P*	P	P*	P*	P	P*
Receita Bruta	P*	P*	P*	P	P*	P*	P	P*
Ativos Líquidos	P*	P*	P*	P		P*	P	P*
EBITDA	P*	P	***		P*		***	***
Lucro Bruto/Margem Bruta	P*	P			P*			
Receita Ajustada**	P	P	P	P	P		P	P
Receita Operacional		P						
Ativos de Curto Prazo		P						
Capital de Giro Líquido		P						
Patrimônio Líquido	P*	P	P*	P	P*	P*		P*
Fluxo de Caixa Operacional		P						P*
Despesas Totais	P*		P*				P	

Fonte: Adaptado de Eilifsen e Messier Jr (2015)
[tradução nossa]

* Indica métricas sugeridas para uso em circunstâncias normais.

** Lucro ajustado de receitas não recorrentes.

*** A Firma informa que métricas não GAAP ou outras alternativas medidas de desempenho como o EBITDA não são apropriadas. Tal uso ocorre apenas em circunstâncias extremamente restritas, observando devido gerenciamento de risco e de preferência em conjunto com outras mensurações.

Algumas Firmas utilizam métricas ainda mais específicas como "receitas de operações continuadas antes do imposto de renda". Para empresas de capital aberto, o lucro antes do imposto de renda é normalmente a métrica requerida. Se outra métrica é utilizada, a equipe encarregada dos trabalhos deve documentar as respectivas justificativas.

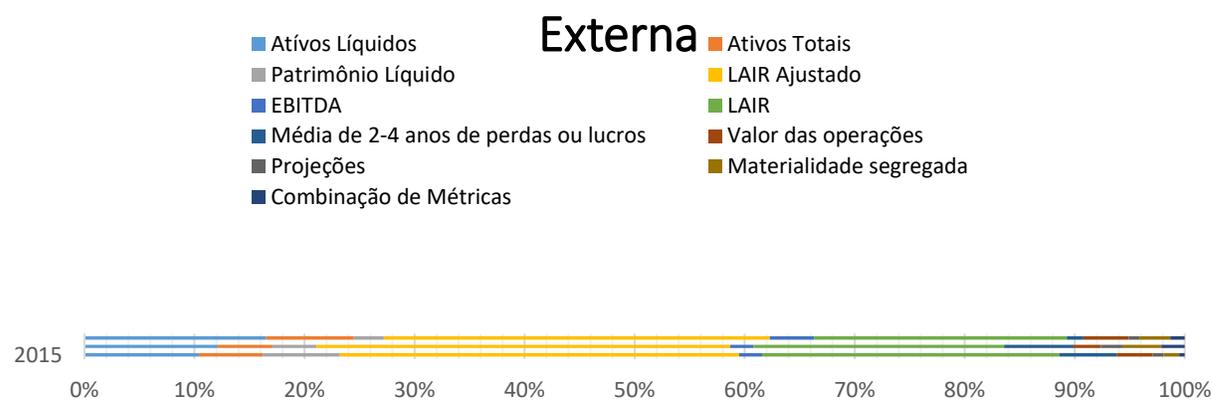
Também, o FRC observa o resultado destas escolhas ao longo dos anos 2015 a 2017, vide gráfico:

Gráfico 1 – Resultado das escolhas do período de 2015 à 2017





Métricas Utilizadas pelas Firmas de Auditoria



Adaptado de Financial Reporting Council (2017) [tradução nossa]

Dentre as opções possíveis e métricas efetivamente utilizadas nos trabalhos de auditoria pelo mercado, é nítida a predominância de uso das métricas: LAIR Ajustado, LAIR, Ativos Líquidos e Ativos Totais, sendo este resultado coerente com as orientações e metodologia das maiores Firmas de Auditoria, observadas anteriormente.

Uma das críticas ou impeditivos indicadas pela *International Accounting, Auditing & Ethics* (IAAE, 2017) é que tais medidas de resultado são em relação à sua possível volatilidade e conseqüentemente tal métrica pode ser incapaz de refletir o risco das operações.

Sobre a combinação de múltiplas métricas também observamos que existe uma grande incerteza normatiza, visto que “[...] não há menção de utilizar combinações de métricas na ISA 320. Dito isso, o mesmo fato significa que também não há nada no ISA que diga que é impróprio.” (IAAE, 2017, p. 6) [tradução nossa]

Importante ressaltar que além de saber qual métrica utilizar, é importante saber como determinar quais os limites e avaliar a gravidade das distorções encontradas.

3.3. PERCENTUAIS APLICADOS A MATERIALIDADE





Existem diversas materialidades de acordo com a metodologia de risco, entretanto em sua essência, quanto menor o percentual a ser aplicado sobre a métrica, menor tolerância de distorções. Dentre a bibliografia estudada observamos uma amplitude de orientações com diferentes abrangências para cada métrica.

A NBCTA diz que:

“A determinação da porcentagem a ser aplicada ao referencial selecionado envolve o exercício de julgamento profissional. Existe uma relação entre a porcentagem e o referencial escolhido de modo que a porcentagem aplicada ao lucro das atividades continuadas antes do imposto de operações será normalmente maior que a porcentagem aplicada à receita total. [...]” (NBC TA 320, 2016, p. 7)

Sendo esta afirmação basicamente uma ênfase na importância do julgamento profissional, demonstrando novamente a importância de se observar o que vem sendo utilizado e praticado pelo mercado. A IAAE (2017) ao observar o *report* do FRC (2017) ressalta que duas características prevalecem entre as Firms, a primeira é que os auditores tendem a utilizar uma escala de níveis para cada métrica e a segunda destaca que as escalas são similares.

A NSW ICAC em sua orientação apresenta três níveis de materialidade, *overall*, *performance* e materialidade específica, observando o risco da Auditoria, vide tabelas:

Tabela 3: Overall

NSW ICAC - Overall					
Métrica	Tolerância de Erro do Usuário				
	Baixa	Baixa a Média	Média	Média a Alta	Alta
Receita	2%	1.75%	1.5%	1%	0.5%
LAIR	10%	8%	7%	6%	5%
Ativos Totais	2%	1.75%	1.5%	1%	0.5%
Patrimônio Líquido	10%	8%	7%	6%	5%
Ativo líquido de curto prazo	10%	8%	7%	6%	5%

Adaptado de NSW ICAC (2015) [tradução nossa]

Tabela 4: Performance

NSW ICAC - Performance
Risco da Auditoria





Baixa	Baixa a Média	Média	Média a Alta	Alta
90%	85%	80%	75%	70%

Adaptado de NSW ICAC (2015) [tradução nossa]

Ou seja, a NSW ICAC norteia a definição da métrica a ser utilizada e a tolerância de erro do usuário para mensurar a materialidade para a *overall*. Ao nível de contas temos a *performance* e as materialidades específicas.

A materialidade *performance* leva em consideração o risco inerente e de controles enquanto a específica não pode ser definida já que as peculiaridades de determinada conta podem até mesmo não admitir a existência de distorções. Ferramenta enfatizada pela IAAE (2017) que destaca três principais pontos para o uso da mesma. São eles:

- Qualquer lei ou regulamentação afeta a expectativa do usuário da informação;
- Divulgação e ou desagregação de informação chave para a indústria em que a Entidade se encontra;
- Quando é necessário observar informações que são divulgadas de forma segregada e ou separadas.

Podemos, também, verificar as métricas e suas respectivas escalas utilizadas por Firms do Reino Unido, vide tabela:

Tabela 5: Overall

Métrica	Firma							
	A	B	C	D	E	F	G	H
Overall								
Lucro/Perda antes de Imposto (EIP)	5-10%	3-5%	5-8%	3-5%	5-10%	até 5%	3-10%	5-10%
Lucro/Perda antes de Imposto (Não EIP)	0-10%	3-10%	5-10%	3-10%	5-10%	até 10%	3-10%	5-10%
Receita/Despesa Total (EIP)	0.8-5%	0.25-2%	0.5-1%	0.5-1%	0.5-2%	até 1%	0.5-2%	0.5-2%
Receita/Despesa Total Não EIP)	0.8-5%	0.25-3%	0.5-2%	0.5-3%	0.5-2%	até 2%	0.5-2%	0.5-2%
Ativos Líquidos/Patrimônio Líquido (EIP)	0-3%	0.5-2%	1-2%	3-5%	1-5%	até 1%	2-5%	3-5%





Ativos Líquidos/Patrimônio Líquido (Não EIP)	0-3%	0.5-3%	1-2%	3-10%	1-5%	até 2.5%	2-5%	3-5%
Performance (EIP)	Máximo 70%	40-75%	50 ou 75%	50-75%	50-80%	90, 75 ou 50%	50-75%	40-75%
Performance (não EIP)	Máximo 70%	40-75%	50 ou 75%	50-75%	50-80%	75 ou 50%	50-75%	40-75%
Distorção Trivial*	0-5%	0-5%	0-5%	0-5%	0-5%	0-5%	0-5%	0-5%
Materialidade Específica*	50-95%	60-90%	Proporcional à Overall que os itens em análise representam	Julgamento Profissional	Proporcional à Overall que os itens em análise representam	Proporcional à Overall que os itens em análise representam	Não Especificado	Julgamento Profissional

Adaptado de FRC (2017) [tradução nossa]

* Percentual em relação a overall

Para o estudo realizado por Eilifsen e Messier Jr (2015), foram obtidas as seguintes escalas para suas respectivas métricas:

Tabela 6: Métricas obtidas

Métricas	Firmas							
	1 ^a	2	3	4	5	6	7	8
Lucro/Perda Antes de Imposto de Renda	5-6 ^b	5-10 ^b	3-10 ^b	5-10 ^b	5-10 ^b		3-10 ^b	5-10 ^d
Lucro/Perda Depois de Imposto de Renda						20 ^c		
Ativos Totais	0,5-1,5	1-2	0,5-2	0,5-1	0,25-0,5	1	1-2	1-2
Receita Total	0,5-1,5	1-2	0,5-2	0,5-1	0,5-1	1	0,5-1	0,8-5
Ativos Líquidos	3-4		3-10	0,5-1		5	2-5	3
EBITDA	2,5-3	2.5-3.5			2-5			3-5
Margem Bruta					1-2			
Patrimônio Líquido			3-10	1-2	1-5	5		3
Fluxo de Caixa Operacional								3-5
Despesas totais							0,5-2	

Fonte: Eilifsen e Messier Jr (2015, p. 12) [tradução nossa]

- Percentuais são aplicados de forma inversa à evolução dos valores da métrica.





- A Firma espera, sugere ou requer 5% para Entidades listadas nos Estados Unidos da América e ou indústrias reguladas.
- O Percentual aplicado ao Lucro Líquido é baseado em fatos e circunstâncias, e nenhum percentual é previamente indicado a lucro ou perdas antes ou depois do imposto de renda de empresas públicas.
- A Firma geralmente aplica 5-10% para companhias públicas.

Tais estudos e metodologias utilizadas evidenciam a lógica de que, quanto maior o risco, maior a necessidade de uma materialidade menor, para se reduzir o risco de não detecção das distorções.

3.4. INTERPRETANDO DISTORÇÕES

No ambiente normativo brasileiro encontramos a NBC TA 450 como principal orientação para avaliar distorções, sendo a ISA 450 sua respectiva em ambiente internacional.

Durante a auditoria, os testes são individuais e direcionados normalmente para frações da demonstração financeira, em que tais testes identificam e destacam as distorções relevantes com o objetivo de se avaliar não apenas em sua unidade, mas seus efeitos em conjunto com as demais e avaliar os efeitos ao todo da demonstração. Tal afirmação é explícita no ambiente normativo, “o auditor deve acumular distorções identificadas durante a auditoria que não sejam claramente triviais.” (NBC TA 450, 2016, p. 2)

Por “claramente triviais”, normativamente, se entende:

“Claramente triviais” não é outra expressão para “não relevantes”. Distorções que são claramente triviais são de magnitude totalmente diferente (menor), ou de natureza totalmente diferente do que aquelas que são determinadas como relevantes, e serão distorções claramente sem consequências, sejam elas tomadas individualmente ou em conjunto e julgadas por qualquer critério de magnitude, natureza ou circunstância. Quando há alguma incerteza sobre se um ou mais itens são claramente triviais, a distorção é considerada como não sendo claramente trivial.” (NBC TA 450, 2016, p. 5)





Sendo que “O auditor pode definir um valor abaixo do qual as distorções [...] seriam consideradas claramente triviais e não precisariam ser acumuladas porque o auditor espera que a acumulação desses valores não teria obviamente efeito relevante.” (NBC TA 450, 2016).

O percentual comumente utilizado pelo mercado para distorções triviais varia em uma escala definida pelas Firmas de auditoria e sua própria metodologia, vide tabela:

Tabela 7: Distorções Triviais

Firma	Orientação
1	Geralmente em torno de 3% da materialidade <i>overall</i> .
2	Geralmente em torno de 5% da materialidade <i>overall</i> , porém não deve exceder 10%. O lançamento de valores menores que 5% podem ser apropriados dentro de certas circunstâncias
3	Geralmente de 3-5% da materialidade <i>overall</i> .
4	3-5% da materialidade <i>overall</i> .
5	Definido em 5 % da materialidade <i>overall</i> .
6	Geralmente de 5-8% da materialidade <i>overall</i> .
7	Definido em 5 % da materialidade <i>overall</i> .
8	Definido em 5 % da materialidade <i>overall</i> .

Fonte: Eilifsen e Messier Jr, (2015) [tradução nossa]

Em comparação para o FRC (2017), todas as oito Firmas entrevistadas adotaram de 0% a 5% como escala de tolerância para valores “claramente triviais”.

As distorções identificadas devem ser investigadas e comunicadas aos gestores da Entidade objeto da auditoria para correção, vide NBC TA:

“O auditor deve determinar se a estratégia global e o plano de auditoria precisam ser revisados se:

- (a) a natureza das distorções identificadas e as circunstâncias em que elas ocorreram indicarem que podem existir outras distorções que, em conjunto com as distorções detectadas durante a auditoria, poderiam ser relevantes; ou
- (b) o conjunto das distorções detectadas durante a auditoria se aproxima da materialidade determinada de acordo com a NBC TA 320.” (NBC TA 450, 2016, p. 2)

Importante ressaltar que se a administração examinou as classes de transações, saldos e divulgações com distorções identificadas pelo auditor e foram corrigidas, se faz





necessários procedimentos adicionais pelo auditor para determinar se as mesmas permanecem.

As distorções que não forem triviais devem ser comunicadas aos gestores e administração, de forma tempestiva, salvo quando impedido por regulamentos e ou lei. Entretanto, quando a administração se recusar a executar correções sobre as distorções identificadas é essencial que o auditor realize entendimento dos motivos, e avaliar se a materialidade utilizada está adequada, para então julgar os impactos, que de forma individual ou em conjunto são substanciais e comprometem as demonstrações contábeis.

Demonstrando assim a importância de se avaliar individualmente cada distorção e seus impactos nas demonstrações contábeis e a realidade da entidade objeto.

3.5. O VAREJO BRASILEIRO

No pensamento tradicional, a literatura traz o varejo como um canal de distribuição de produtos, entretanto nas últimas décadas vem ganhando destaque devido ter a posição estratégica de relacionamento direto com o cliente final.

O setor de varejo está dentro da classificação de comércio, se dividindo em 15 seguimentos, vide Myrp (2020): a-) Supermercado; Atacadista; b-) Alimentos; c-) Eletroeletrônicos; d-) Artigos para o lar; e-) Drogarias; Beleza e Cuidado Pessoal; f-) Material de Construção; g-) Esporte; h-) Livraria; i-) Eletrônicos; j-) Brinquedos; l-) Moda; m-) Pets; n-) Lojas de Departamento.

Definitivamente uma das principais economias do país com R\$ 4,75 Trilhões de consumo pelas famílias brasileiras, em 2019, de acordo com o IBGE, que conta com grandes nomes como *Carrefour*, *Via Varejo* e *Pão de Açúcar*, que vem trabalhando as mudanças sendo muito importante a modernização da infraestrutura. Existem muitos movimentos importantes ao varejo, sendo prioridade o desenvolvimento dos *marketplaces*, desenvolvimento das varejistas regionais (especialmente em supermercados) e a digitalização dos negócios. Tal planejamento e busca por inovação não é novidade:





“Apesar da economia brasileira não ter conseguido retomar o crescimento sustentável, as maiores empresas de varejo do Brasil sua mantiveram trajetória de crescimento e ganho de participação de mercado. [...] A agenda de produtividade e eficiência, iniciada em 2015/2016, vem sendo mantida e continua gerando resultados.” (SBVC Release 2020, 2020, p. 146)

De acordo com iniciativa da SBVC em estudar o varejo, em parceria com a BTR-Educação e Consultoria, Varese Retail, Centro de Estudo e Pesquisa do Varejo (CEPEV – USP) e Käfer Content Studio, as dez maiores empresas do setor são:

Tabela 8: Maiores Empresas do Setor

Posição	Empresa	Segmento	Faturamento Bruto 2019
1	Grupo Carrefour Brasil	Super, Hiper, Atacarejo e Conveniência	R\$62.220.000.000,00
2	GPA Alimentar	Super, Hiper, Atacarejo e Conveniência	R\$61.540.000.000,00
3	Via Varejo	Eletrodomésticos	R\$29.848.000.000,00
4	(Walmart Brasil) Grupo Big	Super, Hiper, Atacarejo e Conveniência	R\$27.430.000.000,00
5	Magazine Luiza	Eletrodomésticos	R\$24.377.100.000,00
6	LASA/B2W	Drogaria e Perfumaria	R\$22.179.747.000,00
7	Raia Drogasil	Drogaria e Perfumaria	R\$18.396.046.000,00
8	Grupo Boticário	Lojas de Departamento, Artigos do Lar e Mercadorias em Geral	R\$14.900.000.000,00
9	Lojas Renner	Moda, Calçados e Artigos Esportivos	R\$11.075.280.000,00
10	DPSP	Drogaria e Perfumaria	R\$10.712.744.323,63

Fonte: SBVC Release (2020)

O modelo de negócio do varejo brasileiro é extremamente influenciado por quatro fatores, são eles: confiança do consumidor, crédito, emprego e renda, que estão sendo diretamente afetados pelo atual cenário de pandemia, com impactos na criação de





empregos, grande redução do Produto Interno Bruto (PIB) e redução das atividades sociais. Mesmo que com certa volatilidade nos produtos não-essenciais em tempos de crise, seu crescimento não parou, sendo ainda maior para os setores de subsistência, em especial os supermercados e drogarias. (SBVC ESTUDO 2020, 2020)

O setor se encontra confiante com novas oportunidades proporcionadas pelos novos desafios, continuando a ser um dos setores que mais emprega brasileiros, e que vem se tornando cada vez mais digital e flexível para atender e estar mais presente ainda na vida de seus clientes.

3.6. MÉTRICAS AO VAREJO BRASILEIRO

Considerando a função do varejo e seu direto contato com clientes finais para suprir suas necessidades, observamos que a volatilidade das empresas em tais setor estão inversamente ligadas ao nível de subsistência que sua operação atende, fator crucial ao planejar as atividades de auditoria.

Bem como, que as atividades das empresas no setor estão diretamente ligadas ao consumo das famílias e constante movimentação dos estoques, e conseqüentemente grande ênfase, importância e risco diretamente ligada aos ativos de curto prazo e constas de resultado.

Tais fatores como atual condição do mercado de varejo, expectativas e planos de ação observados no cenário de 2019 e 2020, sendo o último extremamente marcado pela pandemia em curso e que afeta diretamente as operações do setor, indicam que as métricas de mensuração a materialidade relacionadas ao resultado são em circunstâncias normais de entidades lucrativas a melhor opção para endereçamento de risco. Entretanto não podemos descartar as demais opções direcionadas ao patrimônio da entidade e prejuízos econômicos, condição indesejável, porém fora do controle das entidades, vide tabela abaixo:

Tabela 9: Métricas ao Varejo Brasileiro





Cenário	Métrica
Empresa normalmente lucrativa.	LAIR
Empresa normalmente lucrativa com perdas no curto prazo.	Receita Bruta, Receita Ajustada
Resultado das operações em torno do breakeven.	Ativos Totais, Ativos Líquidos
Operação sem lucro e solvência comprometida.	Patrimônio Líquido

Fonte: Autores.

4. CONCLUSÃO

A Auditoria como atividade essencial para promover o *Compliance* no ambiente de negócios brasileiro, que se encontra em sua grande parte focado em atender os requisitos normativos. Entretanto é muito importante o desenvolvimento de metodologias, tanto pelas Firms de auditoria para promoverem seu nome e qualidade do trabalho, como pelas entidades acadêmicas.

Presente no ambiente das empresas de varejo, a Auditoria promove a confiança e informação de qualidade para os usuários das demonstrações, permitindo maior acesso a credores e desenvolvimento de tal relacionamento, fundamental para maior concorrência das companhias em um dos principais setores da economia brasileira.

Ao observar as métricas e escalas, mencionadas nesta pesquisa, utilizadas pelo mercado, podemos concluir que são parâmetros apropriados e que atendem a gama de riscos e necessidades de asseguarção dos usuários da informação contábil, considerando os períodos de 2019 e 2020 do mercado de varejo brasileiro.

Entendemos também que as métricas e escalas apresentadas são suficientes para estimar os níveis toleráveis de distorções para os testes elaborados nas demonstrações financeiras, fornecer apoio a determinação do escopo dos trabalhos e fornecer métricas e referenciais para avaliação dos impactos dos erros e desvios nas demonstrações financeiras, que são os objetivos deste trabalho.

Ao se considerar estudos futuros, consideramos válido o estudo de empresas no setor de varejo, percentuais apropriados para as métricas em uso e gerenciamento de risco das contas contábeis em análise pela auditoria.





REFERÊNCIAS

*INTERNATIONAL ACCOUNTING, AUDITING & ETHICS (IAAE); FACULTY, A. A. E. A. A. A. **Materiality in the audit of financial statements**. 1. ed. Reino Unido: ICAEW, 2017.*

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, William. **Auditoria – Conceitos e Aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

*COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS - COSO. **Executive Summary**. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.*

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **NBC TA 200 – OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf). Acesso em: 1 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 315 – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE POR MEIO DO ENTENDIMENTO DA ENTIDADE E DO SEU AMBIENTE**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315(R1).pdf). Acesso em: 19 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **NBC TA 320 – MATERIALIDADE NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DA AUDITORIA**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA320\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA320(R1).pdf). Acesso em: 1 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **NBC TA 450 – AVALIAÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS DURANTE A AUDITORIA**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA450\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA450(R1).pdf). Acesso em: 24 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **NBC TA 700 – FORMAÇÃO DA OPINIÃO E EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

EILIFSEN, Aasmund; JR, W. F. M. *Materiality Guidance of the Major Public Accounting Firms. **Auditing***, Norwegian School of Economics (NHH), v. 34, n. 2, p. 3-26, ago. /2014.





Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275890907_Materiality_Guidance_of_the_Major_Public_Accounting_Firms. Acesso em: 29 out. 2020.

FINANCIAL REPORTING COUNCIL - FRC. AUDIT QUALITY THEMATIC REVIEW MATERIALITY. Disponível em: [https://www.frc.org.uk/getattachment/4713123b-919c-4ed6-a7a4-869aa9a668f4/Audit-Quality-Thematic-Review-Materiality-\(December-2017\).pdf](https://www.frc.org.uk/getattachment/4713123b-919c-4ed6-a7a4-869aa9a668f4/Audit-Quality-Thematic-Review-Materiality-(December-2017).pdf). Acesso em: 2 out. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comércio.** Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/comercio.html>. Acesso em: 1 nov. 2020.

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria: Planejamento, execução e reporte.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INDEPENDENT COMMISSION AGAINST CORRUPTION OF NSW. MATERIALITY GUIDE. Disponível em: <https://www.icac.nsw.gov.au/ArticleDocuments/321/Exhibit%20S7.pdf.aspx>. Acesso em: 7 set. 2020.

KOBLITZ, Arthur. **Simon e Racionalidade Limitada.** Revista Economia e Desenvolvimento. Ano 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/4864/3669>. Acesso em: 15 out. 2020.

MARCH, J.; SIMON, H. **Teoria das organizações.** Ed. FGV. Rio de Janeiro, 1965. Acesso em: 2 set. 2020.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração.** Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2009. Acesso em: 2 set. 2020.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** Ed. Atlas. São Paulo, 1996. Acesso em: 2 set. 2020.

MYRP. **Varejo - Tudo o que você precisa saber.** Disponível em: <https://myrp.com.br/varejo/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

SIMUNIC, D. A; STEAIN, M. T. *Audit risk in a cliente portfolio context. Contemporary Accounting Research*, 6, p. 329-343, Spring 1990.

ROBBINS, Stephen; JUDGE, Timothy; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.





SOBRAL, Felipe; PECCI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO - SBVC. **ESTUDO O Papel do Varejo na Economia Brasileira - Atualização 2019**. Disponível em: http://sbvc.com.br/wp-content/uploads/2019/07/O-Papel-do-Varejo-na-Economia-Brasileira-SBVC_2019.pdf. Acesso em: 1 nov. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO - SBVC. **ESTUDO O Papel do Varejo na Economia Brasileira - Atualização 2020**. Disponível em: http://sbvc.com.br/wp-content/uploads/2020/04/O-Papel-do-Varejo-na-Economia-Brasileira_2020-SBVC-vfinal.pdf. Acesso em: 1 nov. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VAREJO E CONSUMO - SBVC. **RELEASE – RANKING 300 MAIORES EMPRESAS DO VAREJO BRASILEIRO SBVC 2020**. Disponível em: <http://sbvc.com.br/release-ranking-300-maiores-empresas-do-varejo-brasileiro-sbvc-2020/>. Acesso em: 31 out. 2020.

